

# **Demonstrações Financeiras**

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

# Iguá Rio de Janeiro S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto .....	10
Demonstração do valor adicionado .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Iguá Rio de Janeiro S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 11 de junho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021 findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Gastos no ativo intangível - Outorga

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$7.301.819 mil, representado pela outorga fixa e gastos relativos à aquisição da concessão.

O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados na Nota 5.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais e contrato; e (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e capitalização no ativo intangível adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 5, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Lázaro Angelim Serruya  
Contador CRC-1DF015801/O-7

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>		<u>Nota</u>	<u>2021</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>111.222</b>	Fornecedores e outras contas a pagar		<b>5.143</b>
Impostos e contribuições a recuperar		<b>277</b>	Arrendamentos		<b>2.691</b>
Despesas antecipadas		<b>3.223</b>	Partes relacionadas a pagar	15.c	<b>161.371</b>
Outros ativos		<b>735</b>	Poder concedente a pagar	5.a	<b>1.092.900</b>
Total do ativo circulante		<b>115.457</b>	Obrigações fiscais		<b>146</b>
			Outras obrigações		<b>1.570</b>
Não circulante			Total do passivo circulante		<b>1.263.821</b>
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<b>74.518</b>	Poder concedente a pagar	5.a	<b>1.457.200</b>
Total do realizável a longo prazo		<b>74.518</b>	Arrendamentos		<b>1.693</b>
			Debêntures	6	<b>4.414.592</b>
Ativos de direito de uso		<b>4.367</b>	Total do passivo não circulante		<b>5.873.485</b>
Intangível e ativo de contrato	5	<b>7.308.275</b>	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante		<b>7.387.160</b>	Capital social	8	<b>510.001</b>
			Prejuízos acumulados		<b>(144.690)</b>
			Total do patrimônio líquido		<b>365.311</b>
			Total do passivo		<b>7.137.306</b>
Total do ativo		<b>7.502.617</b>	Total do passivo e patrimônio líquido		<b>7.502.617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Iguá Rio de Janeiro S.A.

### Demonstração do resultado

Período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		<u>2021</u>
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	12	<u>(28.682)</u>
		<u>(28.682)</u>
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		<u>(28.682)</u>
Receitas financeiras	13	3.806
Despesas financeiras	13	<u>(194.332)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(190.526)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(219.208)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>74.518</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(144.690)</u>
Resultado por ação - básico e diluído	14	<u>(0,283705)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

Período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(144.690)</u>
Resultado abrangente total	<u>(144.690)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>Capital subscrito e integralizado</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
Saldos em 11 de junho de 2021		-	-	-
Integralização do capital social		1	-	1
Aumento de capital		<b>510.000</b>	-	<b>510.000</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	<b>(144.690)</b>	<b>(144.690)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8	<b>510.001</b>	<b>(144.690)</b>	<b>365.311</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	<b>(144.690)</b>
Ajustes para:	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	<b>(74.518)</b>
Amortização	<b>230</b>
Provisões	<b>26.077</b>
Juros sobre debêntures	<b>145.576</b>
Despesas de operações com partes relacionadas	<b>48.578</b>
	<u>1.253</u>
Variações em:	
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	<b>(277)</b>
Aumento em outros ativos	<b>(735)</b>
Aumento em fornecedores	<b>5.143</b>
Aumento em obrigações fiscais	<b>146</b>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>5.530</u>
Juros pagos de arrendamentos	<u>(37)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>5.493</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisições de ativos intangíveis (outorga) e ativo de contrato	<b>(4.742.408)</b>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(4.742.408)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Debêntures	<b>4.350.000</b>
Custo de transação pago no período	<b>(11.651)</b>
Integralização e aumento de capital	<b>510.001</b>
Pagamentos de arrendamentos	<b>(213)</b>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>4.848.137</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>111.222</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa em 11 de junho	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>111.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(17.628)</u>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(17.628)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(17.628)</u>
Amortização	<u>(230)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>(17.858)</u>
Receitas financeiras	<u>3.806</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(14.052)</u>
Pessoal	9.125
Remuneração direta	6.898
Benefícios	1.821
FGTS	406
Impostos, taxas e contribuições	(72.952)
Federais	(72.952)
Remuneração de capitais de terceiros	194.465
Juros	194.154
Aluguéis	311
Remuneração de capitais próprios	(144.690)
Resultado do período atribuível aos controladores	<u>(144.690)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>(14.052)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

## **1. Informações sobre a Companhia**

### **1.1. Operações Gerais**

A Iguá Rio de Janeiro S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Helios Seelinger, 155, sala 202, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

### **1.2. Contexto operacional**

A Companhia tem como objeto principal a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares dos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca na capital Rio de Janeiro, e dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, terá prazo de 35 anos e beneficiará aproximadamente 1,2 milhão de habitantes.

Em 12 de agosto de 2021, a Companhia assinou o contrato de concessão do bloco 2 do Estado do Rio de Janeiro e pagou 65% da outorga fixa estipulada no leilão. A segunda parcela, no valor de 15%, será paga em até 2 dias úteis após o início da operação e a terceira parcela, no valor de 20%, será paga até o final do terceiro ano de vigência do contrato. A partir da assinatura do contrato, a Companhia iniciou a fase de operação assistida em parceria com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, com duração prevista de 180 dias. Nesse período a CEDAE continuará sendo responsável pela prestação dos serviços, com a Companhia assumindo as operações em 07 fevereiro de 2022.

### **1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19**

Tendo em vista a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, a Companhia tem adotado diversas medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Essas medidas visam garantir a continuidade regular das operações minimizando os impactos à saúde e segurança dos seus colaboradores e familiares, e das áreas onde a Companhia atua. Sendo o saneamento básico uma atividade essencial, a Companhia adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada.

A maioria dos colaboradores das atividades administrativas e não essenciais ao trabalho em campo está trabalhando em regime de home office.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações sobre a Companhia--Continuação**

#### **1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19**

A Companhia informa que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### **1.4. Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$1.148.364 em função da obrigação com o poder concedente no montante de R\$1.092.900 e de R\$161.371 de partes relacionadas. Para suprir a necessidade, a Companhia possui aprovado o montante de R\$800.000 referente a 2ª emissão das debêntures (Nota 6) e receberá aporte da controladora no montante de R\$292.000 até fevereiro de 2022.

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro, que pode incluir antecipação de recebíveis de cartão de crédito com aprovação das adquirentes e mudança nos termos de recebimento de vendas na modalidade boleto junto às financeiras de bancos.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

#### Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Deliberação CVM nº 727/14, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 são as primeiras demonstrações anual apresentadas pela Companhia desde sua constituição em 11 de junho de 2021, e por consequência não há período para comparabilidade.

#### Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.1 Mensuração ao valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.



## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1 Mensuração ao valor justo--Continuação**

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

#### **2.2 Receita de contrato com cliente**

##### **a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto**

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Receita de contrato com cliente--Continuação

##### a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto--Continuação

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

##### b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

##### c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2 Receita de contrato com cliente--Continuação**

##### c) Receita de serviços de operação--Continuação

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

No momento a Companhia se encontra em fase de operação assistida, período pelo qual não há auferimento de receita até a transferência das operações pelo poder Concedente, as quais se iniciam em fevereiro de 2022.

#### **2.3 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Despesas com juros sobre debêntures, arrendamento e partes relacionadas;
- Outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

#### **2.4 Tributos**

##### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4 Tributos--Continuação

##### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.6 Intangível

##### a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.6 Intangível--Continuação

##### c) Amortização--Continuação

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### a) Ativos financeiros

##### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

##### ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

##### iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.



## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### b) Passivos financeiros

###### i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

###### ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

##### Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### b) Passivos financeiros--Continuação

##### iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

##### c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.8 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

#### **2.9 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### **2.10 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11 Benefícios a empregados**

##### a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

A Companhia não possui benefícios pós emprego.

#### **2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### **2.13 Arrendamento**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.13 Arrendamento--Continuação

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

##### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.7.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.13 Arrendamento--Continuação

##### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

##### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.14 Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### **2.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.



## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

##### Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2021
<b>Caixa</b>		
Saldos bancários		157
<b>Equivalentes de caixa</b>		
Certificado de depósito bancário	4,42% 2021	86.271
Fundos de investimento	4,75% 2021	24.794
<b>Total</b>		<u>111.222</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 5. Intangível e ativo de contrato

#### a) Valor contábil

	<b>Ativo de contrato (obras em andamento)</b>	<b>Direito de concessão (*)</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>				
Saldo em 11 de junho de 2021	-	-	-	-
Adições	<b>6.221</b>	<b>7.301.819</b>	<b>235</b>	<b>7.308.275</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>6.221</b>	<b>7.301.819</b>	<b>235</b>	<b>7.308.275</b>

(\*) Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 + outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). A Companhia pagará em 09 de fevereiro de 2022 a quantia de R\$1.092.900 e em 2025 R\$1.457.200. No dia 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou R\$4.735.900 referentes a primeira parcela da outorga fixa.

#### b) Amortização

A Companhia está em fase de operação assistida e a amortização do saldo do intangível deverá iniciar-se em fevereiro de 2022 quando está prevista a finalização desta operação.

### 6. Debêntures

<b>Linha de crédito</b>	<b>Indexador</b>	<b>Juros médios a.a. (*)</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2021</b>
Debêntures 1ª emissão	CDI	8,39	2026	<b>1.198.578</b>
Debêntures 2ª emissão	CDI	8,19	2025	<b>3.332.629</b>
				<b>4.531.207</b>
(-) Custo de transação				<b>(116.615)</b>
Não circulante				<b>4.414.592</b>
<b>Total</b>				<b>4.414.592</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta pública, com esforços restritos da Companhia o montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000, com vencimento em 31 de julho de 2025 e remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 6. Debêntures--Continuação

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, o montante de R\$1.150.000, com vencimento em 09 de agosto de 2026 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI. A Iguá Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	13 a 24 meses (**)	37 a 48 meses	49 a 76 meses
Debêntures (*)	4.531.207	132.628	3.200.000	1.198.579
<b>Total</b>	<b>4.531.207</b>	<b>132.628</b>	<b>3.200.000</b>	<b>1.198.579</b>

(\*) Os montantes apresentados não incluem os custos de transação.

(\*\*) Montante referente aos juros remuneratórios da 2ª emissão que deverão ser pagos a partir de 2023.

#### Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
Debêntures	116.615	65.087	32.544	18.984
<b>Total</b>	<b>116.615</b>	<b>65.087</b>	<b>32.544</b>	<b>18.984</b>

#### Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Debêntures	Arrendamento	Capital social	Total
<b>Saldo em 11 de junho de 2021</b>	-	-	-	-
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Captação e aumento de capital	4.350.000	-	510.001	4.860.001
Custo de transação pago	(11.651)	-	-	(11.651)
Amortização de principal	-	(213)	-	(213)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>4.338.349</b>	<b>(213)</b>	<b>510.001</b>	<b>4.848.137</b>
<b>Outras variações</b>				
Arrendamento	-	4.597	-	4.597
Custo de transação a pagar – partes relacionadas	(117.874)	-	-	(117.874)
Pagamento de juros	-	(37)	-	(37)
Provisão de juros - partes relacionadas	48.578	-	-	48.578
Provisão de juros	145.539	37	-	145.576
<b>Total de outras variações</b>	<b>76.243</b>	<b>4.597</b>	<b>-</b>	<b>80.840</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.414.592</b>	<b>4.384</b>	<b>510.001</b>	<b>4.928.977</b>

As debêntures não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) que obriguem o atingimento de índices financeiros.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 7. Provisão para perdas em causas judiciais

A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu provisão em 31 de dezembro de 2021, como também considera não existir nenhuma contingência passiva de risco possível para efetiva divulgação em nota explicativa.

### 8. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$510.001 totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2021, representado por 510.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Iguá Projetos S.A detém 100% das ações.

Em 27 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$510.000, mediante a emissão de 510.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 cada.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R\$717.370 mil.

A Companhia deverá obedecer ao cronograma exigido no Contrato de Concessão para aumento de seu capital social, de modo que o capital social mínimo subscrito e integralizado deverá ser de:

- (a) R\$524.548.330,30 até o final do 1º ano da concessão;
- (b) R\$554.851.730,30 até o final do 2º ano da concessão;
- (c) R\$603.680.730,30 até o final do 3º ano da concessão;
- (d) R\$661.029.530,30 até o final do 4º ano da concessão; e
- (e) R\$717.370.330,30 até o final do 5º ano da concessão.

#### b) Reservas de lucros

##### *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 8. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

### 9. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2021</u>
Total do passivo	7.137.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(111.222)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	<u>7.026.084</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>365.311</u>
Índice de alavancagem (A/B)	<u>19,23</u>

### 10. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

		<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Ativo mensurado ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros mensurados ao custo</u>
Nota	2021	2021	2021	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	111.065	157	-
<b>Ativos financeiros</b>		<u>111.065</u>	<u>157</u>	<u>-</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	5.143
Partes relacionadas a pagar	15.c	-	-	161.371
Poder concedente a pagar	5.a	-	-	2.550.100
Debêntures (*)	6	-	-	4.531.207
<b>Passivos financeiros</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.247.821</u>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 10. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021.

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

#### i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.



## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 10. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

##### Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>111.222</u>
<b>Total</b>		<b><u>111.222</u></b>

##### iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		<b>5.143</b>
Partes relacionadas a pagar	15.c	<b>161.371</b>
Poder concedente a pagar	5.a	<b>2.550.100</b>
Debêntures (*)	6	<b>4.531.207</b>
<b>Total</b>		<b><u>7.247.821</u></b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 10. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

##### v) *Risco de preço*

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à nossa concessão. Nossa receita provém, em grande parte, da cobrança das tarifas dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, de acordo com os contratos celebrados com o Poder Concedente. O contrato de concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis e as tarifas que podemos cobrar. Se os nossos custos aumentarem ou nossas receitas diminuírem significativamente ou tivermos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos ou, ainda, se o Poder Concedente, agência reguladora e/ou o Poder Judiciário determinarem uma eventual suspensão de cobrança das tarifas ou de proibição de interrupção na prestação de tais serviços a determinados clientes, nossa condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

##### Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

##### Perfil

Em 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>111.065</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Debêntures (*)	6	<u>4.531.207</u>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 10. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

##### v) *Risco de preço--Continuação*

##### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 31/12/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	111.065	CDI	4,49	4.987	5,61	6.231	6,74	7.486
<b>Total</b>	<b>111.065</b>			<b>4.987</b>		<b>6.231</b>		<b>7.486</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Debêntures	(4.531.207)	CDI	4,39	(198.920)	5,49	(248.763)	6,59	(298.607)
<b>Total</b>	<b>(4.531.207)</b>			<b>(198.920)</b>		<b>(248.763)</b>		<b>(298.607)</b>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(4.420.142)</b>			<b>(193.933)</b>		<b>(242.532)</b>		<b>(291.121)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>(48.599)</b>		<b>(97.188)</b>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 31/12/2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	111.065	CDI	4,49	4.987	3,37	3.743	2,24	2.488
<b>Total</b>	<b>111.065</b>			<b>4.987</b>		<b>3.743</b>		<b>2.488</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Debêntures	(4.531.207)	CDI	4,39	(198.921)	3,29	(149.078)	2,19	(99.234)
<b>Total</b>	<b>(4.531.207)</b>			<b>(198.921)</b>		<b>(149.078)</b>		<b>(99.234)</b>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(4.420.142)</b>			<b>(193.934)</b>		<b>(145.335)</b>		<b>(96.746)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>48.599</b>		<b>97.188</b>

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 11. Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	73.990	73.990
Outras diferenças temporárias	528	528
<b>Total</b>	<b>74.518</b>	<b>74.518</b>

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

#### Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

<u>Reconciliação da taxa efetiva</u>	<u>2021</u>
Resultado do período antes dos impostos	(219.208)
Alíquota nominal	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	74.530
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>	
Não dedutível	(2)
Outras	(10)
Imposto diferido	74.518
Alíquota efetiva	34%

#### Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

<u>Realização do imposto de renda diferido do ativo</u>	<u>2021</u>
2024	(2.036)
2025	(12.899)
2026	(8.896)
2027	(27.002)
2028 em diante	(23.685)
<b>Total</b>	<b>(74.518)</b>

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 12. Despesas por natureza

	<u>2021</u>
<b>Despesas administrativas e gerais por natureza</b>	
Despesa com pessoal	(10.515)
Amortização	(230)
Consultoria	(14.296)
Serviços de terceiros	(1.581)
Outras despesas	(2.060)
<b>Total</b>	<u><u>(28.682)</u></u>

### 13. Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2021</u>
<b>Receitas financeiras</b>	
Juros de aplicações financeiras	3.806
<b>Total</b>	<u><u>3.806</u></u>
<b>Despesas financeiras</b>	
Juros sobre debêntures e arrendamento	(145.576)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	(48.578)
Outras despesas financeiras	(178)
<b>Total</b>	<u><u>(194.332)</u></u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u><u>(190.526)</u></u>

### 14. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(144.690)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	510.001
Resultado por ação básico e diluído (reais) (*)	<u><u>(0,283705)</u></u>

(\*) Não existem transações ou eventos com potencial impacto de diluição.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 15. Partes relacionadas

a) Controladora

A controladora direta da Companhia é a Iguá Projetos S.A. e a controladora final é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas administrativas e gerais".

	<u>2021</u>
Remuneração da diretoria	276
Encargos sociais	48
Benefícios diretos e indiretos	<u>160</u>
<b>Total</b>	<b><u>484</u></b>

c) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do período de 11 de junho a 31 de dezembro de 2021, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

		<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
		<u>2021</u>	<u>2021</u>
<b>Em partes relacionadas e debêntures</b>			
Repasse de recursos e custos - Spat Saneamento	(a)	236	(1)
Repasse de recursos e custos - Iguá Projetos	(a)	4.230	-
Repasse de recursos e custos - Iguá Saneamento	(a)	156.905	(11.960)
Debêntures - Iguá Saneamento	(b)	<u>1.198.578</u>	<u>(48.578)</u>
Circulante		161.371	-
Não circulante		<u>1.198.578</u>	-
<b>Total</b>		<b><u>1.359.949</u></b>	<b><u>(60.539)</u></b>

(a) Refere-se a repasses de recursos pagos durante o período em que a empresa está em fase de operação assistida e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(b) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 09 de agosto de 2021, no valor de R\$1.150.000 e a qual a Iguá Saneamento S.A efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 09 de agosto de 2026 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

## Iguá Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### 16. Informações complementares ao fluxo de caixa

		<u>2021</u>
Partes relacionadas	(a)	<b>(43.497)</b>
Intangível e poder concedente a pagar	(b)	<b>(2.550.100)</b>
Custo de transação na emissão de debêntures	(c)	<b>(117.874)</b>

- (a) Compreendem os gastos com fornecedores, prestadores de serviços, despesas com pessoal e encargos liquidados por meio da Controladora Indireta (Iguá Saneamento S.A.), os quais foram registrados nas rubricas de despesas antecipadas, intangível, outras contas a pagar e salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de partes relacionadas.
- (b) Compreendem a 2ª e 3ª parcela da outorga fixa registrada na rubrica de poder concedente a pagar.
- (c) Referem-se aos custos com capitalização das debêntures, os quais foram registrados em contrapartida à rubrica de partes relacionadas em detrimento de sua liquidação na Iguá Saneamento S.A. (Controladora Indireta).

### 17. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente correspondente a 3,5% (3% de outorga + 0,5% para o Instituto Rio Metrôpoles – Fundo de desenvolvimento) no caso do município do Rio de Janeiro e 3% nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve pagamento ao Poder Concedente, tendo como início da obrigatoriedade a partir de fevereiro de 2022, data em que a Companhia assume a operação.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

## **Iguá Rio de Janeiro S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)

### **18. Eventos subsequentes**

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia realizou a 3ª emissão privada de debêntures simples, conversíveis em ações no montante de R\$300.000, com vencimento em 27 de janeiro de 2025 e remuneração fixa de 2% a.a. A Iguá Saneamento S.A., sua controladora indireta adquiriu a totalidade das debêntures.

Em 07 de fevereiro de 2022 a Companhia encerrou a fase de operação assistida e deu início a operação plena da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a partir desta data, a Companhia assume a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares na região que compreende os bairros de Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes (zona oeste da capital fluminense) e nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, atendendo cerca de 1,2 milhão de pessoas.

Em 09 de fevereiro de 2022 a Companhia efetuou o pagamento referente a 2ª parcela da outorga no valor de R\$ 1.092.900.

A Companhia protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro inicial de emissor na categoria B, o qual foi deferido em 30 de março de 2022.

#### **Composição da Diretoria**

##### **Diretoria**

Eduardo Marques de Almeida Dantas  
Paula Alessandra Bonin da Costa Violante  
William Gomes Figueiredo  
Lucas Tadeu Bergamim Arrosti

##### **Gerente de Controladoria e Contador**

Anderson da Costa  
CRC/SP nº 1 SP-244592/O-1